

Entre empresários e técnicos brasileiros há dúvidas sobre a viabilidade das promessas feitas ao FMI, mas entre os credores a credibilidade do País está começando a melhorar.

Boas notícias para o Brasil no exterior

Os Estados Unidos estão dispostos a perdoar US\$ 1,2 bilhão de nossa dívida externa. Pelo menos é o que consta no projeto de lei do presidente George Bush, enviado ontem ao Congresso norte-americano. O projeto faz parte do Programa de Desenvolvimento da América Latina e prevê o perdão de um total de US\$ 7 bilhões para os países endividados com o Tesouro dos EUA, entre eles o Brasil. Outra boa notícia que correu ontem no mercado financeiro internacional foi a valorização de 10% dos títulos da dívida brasileira nos últimos oito dias: alinhavada à aparente aprovação da carta de intenções brasileira ao Fundo Monetário Internacional (FMI), ela demonstra que o País está recuperando sua credibilidade no exterior.

O perdão parcial da dívida externa brasileira, que ainda depende da aprovação dos deputados e senadores americanos, não inclui nenhum valor do débito com os bancos privados. O Brasil deve, atualmente, algo em torno de US\$ 115 bilhões a 700 banqueiros estrangeiros. Mesmo assim, o gesto de Bush de incluir o País pode ser interpretado como um crédito à atual política do governo brasileiro e um passo a mais para a integração econômica das Américas.

A credibilidade na política econômica brasileira, após a posse do governo Collor, já está repercutindo nos papéis da dívida externa, que contabilizam os débitos contraídos pelo Brasil junto aos bancos internacionais e são negociados livremente entre instituições financeiras e empresas de acordo com seus interesses no País. A valorização desses títulos chegou a US\$ 0,25 para cada dólar registrado, quando na semana passada ninguém pagava mais do que US\$ 0,20. Isso também demonstra que os banqueiros credores estão reagindo bem as tentativas de início das negociações para a normalização das relações com o governo brasileiro. Afinal, eles têm se queixado com frequência pois, desde setembro do ano passado, o Brasil não vem pagando os juros da dívida externa.

Outro fator que pode estar influenciando positivamente na comunidade financeira internacional é a carta de intenções assinada e divulgada na quarta-feira pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello. Na carta, o Brasil expõe suas metas econômicas até o final de 1991, tais como uma inflação anual de 25%; equilíbrio nas contas públicas; uma queda de 3% no PIB em 1990 e um crescimento de 3% em 91; reservas

cambiais de US\$ 7,7 bilhões no final do prazo da carta; política monetária ainda restritiva; e estabelecer uma provisão para a retomada de pagamento de juros da dívida nas renegociações com os credores.

Na recente viagem do presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, aos Estados Unidos para a exposição prévia das intenções do governo brasileiro ao FMI, o organismo internacional deu vários sinais de que a carta será mesmo aprovada, o que permitirá uma posição de relativa vantagem na renegociação da nossa dívida externa com os bancos credores.

Dúvidas

No plano interno, porém, existem muitas dúvidas sobre a viabilidade de se conseguir manter a inflação no patamar de 2% ao mês, de forma a atingir um índice anual de 25% em abril de 1991. Empresários como Einar Kok, diretor das indústrias Romi, e banqueiros como o presidente do Banco de Tóquio, Takanori Suzuki, consideram a meta "difícil", mas admitem que ela pode ser alcançada. Já Luiz Fernando Furlan, diretor da Sadia, divide responsabilidades entre o governo e os agentes econômicos, de cuja atitude dependeria em boa parte o êxito do programa de estabilização. "É preciso acreditar que é possível derrubar a inflação e trabalhar com esta perspectiva", observa Furlan.

Quem já começou seus cálculos é o economista Juarez Rizzieri, diretor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da USP. Caso a inflação de setembro chegue aos 14%, alerta Rizzieri, o cumprimento da meta assumida com o FMI exigirá índices de 2% para os três últimos meses do ano — o que traria na esteira uma forte recessão. "Para derrubar a inflação de dois dígitos para a casa dos 2%, só há chances com um aperto monetário brutal", explica o diretor da Fipe, preocupado com a perspectiva de que US\$ 11,5 bilhões sejam retirados de circulação em curto prazo. "O aperto monetário até o final do ano será astronômico."